

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA SOCIEDADE DE MERCADO

WAGNER PIRES DA SILVA¹; NEIVA AFONSO OLIVEIRA²

¹Universidade Federal de Pelotas – wagner.pires@ufpel.edu.br

²Universidade Federal de Pelotas – nevafonsooliveira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a discutir a Educação Superior e as mudanças que vêm ocorrendo na atual sociedade de mercado. As últimas décadas vêm sendo marcadas pelo fato de que “os mercados – e os valores de mercado – passaram a governar a nossa vida como nunca” (SANDEL, 2012, p.11). SANDEL (2012) acredita que o mercado e seus valores acabaram por perpassar toda a vida social atual, levando à peculiaridade de que a sociedade teria avançado de uma economia de mercado, para ela própria se tornar uma sociedade de mercado.

A diferença é esta: uma economia de mercado é uma ferramenta – valiosa e eficaz – de organização de uma atividade produtiva. Uma sociedade de mercado é um modo de vida em que os valores de mercado permeiam cada aspecto da atividade humana. É um lugar em que as relações sociais são reformatadas à imagem do mercado (SANDEL, 2012, p. 16).

Diante disso, é importante identificar as pressões que o modo de vida capitalista, que origina a sociedade de mercado, exerce sobre a formação de nível superior, bem como caracterizar como as instituições de educação superior respondem a essas pressões, ou seja, as adaptações e as resistências ao atual projeto neoliberal de sociedade.

Vista pelas instituições privadas, como mera mercadoria e organizada como um negócio, voltado ao lucro, a Educação Superior é cada dia mais alvo de uma relação, onde os que podem conjugar poder e dinheiro, acabam monopolizando o saber (GENIS, 2021). A educação é compelida a adaptar-se às formulações do mercado, promovendo uma formação voltada aos interesses e demandas do capital. Assim, “nessa perspectiva de educação reducionista, voltada primeira e quase que exclusivamente para a formação de força de trabalho para atender às necessidades do mercado, reduzem-se as possibilidades de uma educação para a formação humana em sentido lato” (FERNANDES; FAVATO, 2018, p.164).

Ora, “as determinações do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais” (MESZÁROS, 2008, p.43), ou seja, o capital impõe amarras à educação, de forma a não deixar espaços para outro modelo que não o de conformar-se ao mercado. E mesmo com a educação pública, são cada vez maiores as investidas que visam instalar uma gestão empresarial, seja pela adoção de avaliações e testes padronizados, que buscam atrelar a educação ao perfil desejado pelo mercado, seja pelo estímulo à utilização de ferramentas que esvaziam o caráter social e coletivo da educação.

2. METODOLOGIA

Para este trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a Educação Superior no Brasil, focando o período da expansão da educação superior ocorrido nas primeiras décadas do presente século. SAVIANI (2013) afirma que a produção da Educação Superior está relacionada à produção da realidade dos homens em

cada período e sociedade. Tomando essa assertiva como fundamento para o presente trabalho, optou-se pela utilização do método materialista-dialético para analisar a Educação Superior em suas relações com a sociedade e assim entender os modelos de formação presentes no Brasil.

A partir daí, temos o entendimento de que a Educação Superior “é produzida simultaneamente e em ação recíproca com a produção das condições materiais e das demais formas espirituais” (SAVIANI, 2013, p.89). A Educação Superior, portanto, sintetiza em si o grau de desenvolvimento do conjunto da sociedade, o qual, (...) não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as coisas alteradas (MARX; ENGELS, 2007, p.30).

Diante disso, o trabalho pode analisar as relações que determinam a Educação Superior, bem como a sociedade. E apontar as intervenções necessárias para avançar para um modelo de Educação Superior democrático e popular, na medida em que leva em consideração as demandas da sociedade em detrimento dos interesses do mercado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O século XXI foi palco de uma vigorosa expansão da Educação Superior. Os governos Lula e Dilma (2003-2016) utilizaram a expansão da Educação Superior como

(...) uma vertente da democratização do acesso à educação superior e considerando ainda a função social das instituições federais de ensino (IFES), qual seja a de contribuir com a redução das desigualdades sociais e regionais, é de se esperar que cada vez mais essas instituições derivem para as regiões menos favorecidas, onde a formação profissional tende a ser dificultada (SULIANO, 2013, p.17).

Diante da ampliação dos atores privados na educação superior, desde a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), essas discussões sobre a expansão se encaminharam para uma solução em que fossem utilizadas tanto instituições públicas, que necessitavam de reestruturação e de mais investimentos, quanto as privadas, que possuíam um alto índice de vagas ociosas. Em ambas, seriam utilizados recursos públicos. A utilização de recursos públicos para o financiamento de instituições privadas é uma prática antiga, mas que toma um novo patamar em 1999, quando o governo federal criou o FIES (Fundo de Investimento na Educação Superior), que financiava as mensalidades de estudantes das instituições privadas.

Na primeira década do século XXI, o FIES foi reformulado, para que junto a mais dois programas, o PROUNI (Programa Universidade para Todos), que ofertava bolsas para estudantes de baixa renda em cursos de graduação privados, por meio de isenção de impostos das instituições; e o REUNI (Programa de Reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior), constituíssem o tripé no qual se baseou a Expansão da Educação Superior das últimas duas décadas (SILVA, 2016).

O Fundo Público, dessa forma, acaba por destinar quantias consideráveis para empresas que atendem a uma lógica mercantil, para ofertar Educação Superior às camadas mais pobres da população. A crescente demanda por Ensino Superior, aliada ao financiamento de parte das vagas ofertadas pela iniciativa privada,

direta ou indiretamente, por recursos federais, estimulou a criação de diversas instituições de Ensino Superior, que, inicialmente, proliferaram pelas capitais e depois nas cidades médias e pequenas do interior dos estados, regiões onde a oferta de Educação Superior, era insuficiente, ou, a depender da região, até mesmo inexistente. Um processo, note-se eivado de contradições.

Neste momento, além das pressões por sua mercantilização, a Educação Superior sofre, ainda, um processo de alienação do imaterial. Ou seja, a prática educacional é vista como mercadoria-educação, onde “a educação e o conhecimento são encarados como insumos necessários à produção de outras mercadorias” (RODRIGUES, 2007, p.06). A subordinação completa da Educação Superior ao capital faz-se necessária para concretizar essa alienação, correspondendo ao aprofundamento das políticas neoliberais na sociedade.

As medidas neoliberais levam a um movimento de esvaziamento das políticas públicas voltadas para a Educação Superior, por meio de políticas de austeridade. Segundo o receituário neoliberal, a universidade precisa ser um simples apêndice do mercado, fornecendo profissionais qualificados, mas acríticos, de acordo com as demandas do capital, enquanto suas pesquisas, financiadas unicamente pelo mercado, voltar-se-iam para o atendimento dos desejos deste.

Ao realizar esse ajuste, as instituições ampliam sua interação com o mercado, atuando como engrenagens do setor produtivo, fornecendo insumos a outras partes da cadeia. Elas abandonam a atuação solidária, ao tempo em que buscam maiores meios de fazer frente aos concorrentes, que seriam não apenas instituições de ensino e pesquisa, mas até mesmo empresas do setor produtivo. Isso ocorre porque devem disputar o financiamento de suas atividades no mercado, como uma empresa qualquer.

Para evitar a submissão completa aos interesses do capital, é preciso reafirmar a legitimidade da universidade. Mas, essa legitimidade não pode mais ser assegurada apenas pela formação de uma elite privilegiada e pela produção de um conhecimento também socialmente privilegiado (SANTOS, 2010). Concebida para educar as elites, a universidade brasileira precisa se reinventar, buscando formas de contato e diálogo com as classes historicamente excluídas do ensino superior, considerando que, “a educação isolada de outros setores e sem a participação da sociedade, não pode promover a transformação necessária. Entretanto, sem ela, essa transformação torna-se inviável” (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011, p.11).

A educação superior precisa ir além do seu papel tradicional, abrindo-se a novos saberes de seus atores, para que assim possa “perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito” (MESZÁROS, 2008, p.35).

4. CONCLUSÕES

A lógica mercantilista faz parte da realidade da Educação Superior brasileira. A maioria dos estudantes de graduação estudam em instituições privadas, nas quais a gestão administrativa financeira dita os rumos da gestão acadêmica, em sintonia com os interesses do mercado. Em relação às universidades públicas são cada vez maiores as pressões por adaptações ao modelo privado de gestão. Embora parte das instituições e dos atores da Educação Superior brasileira já trilhem o caminho neoliberal, a Universidade Pública ainda se encontra em disputa.

A abordagem da universidade como uma empresa da educação esquece que a mesma é parte de um projeto cultural, que se modifica ao longo de sua existência

e que dialoga com a sociedade na busca de compreendê-la e de atender as suas necessidades. Retirar dela esse projeto e o respectivo diálogo social para geri-la sem um horizonte maior, adaptando-a a um utilitarismo de curto prazo, descaracterizaria por completo a universidade.

Diante dos novos desafios da produção de conhecimento, o modelo de Educação Superior a ser reafirmado é aquele que pensa a universidade como um espaço público de produção de conhecimento e formação, que considere os interesses estratégicos da sociedade em detrimento do simples interesse do mercado. Um espaço plural, diverso e sobretudo democrático é o que precisa ser desenhado na educação Superior brasileira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALDIJÃO, Carlos Eduardo; TEIXEIRA, Zuleide Araújo. **A educação no governo Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- DOWBOR, Ladislau. **Democracia Econômica**: alternativas de Gestão Social. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2013.
- FERNANDES, Tania da Costa; FAVATO, Maria Nilse. Mundialização do capital e políticas públicas: implicações na educação superior. In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 155-168, dez. 2018. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/28587>. Acesso em 10/07/2022.
- GENIS, Andrea Díaz. Educación sujeta a rendimiento. In: PIZZI, Jovino; CENCI, Maximiliano Sérgio (Org.). **Glosario de patologías sociales**. Pelotas: Ed. UFPel, 2021.
- LEHER, R. Estado, Reforma Administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 9–29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43851>. Acesso em: 20/06/2022.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo. Editorial, 2008
- RODRIGUES, José. **Os empresários e a Educação Superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SANDEL, Michael J. **O que o dinheiro não compra**: os limites morais do mercado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2010.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SILVA, Wagner Pires da. **As ações de extensão na construção de uma universidade sertaneja**. 2016. 135f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- SULIANO, Daniele Cirilo. **Expansão e interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC)**: avaliação das repercussões educacionais e sociais. 2013. 138f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.